

## A DISSEMINAÇÃO DO PROGRAMA JURO ZERO NO CONTEXTO SUBNACIONAL

Mariana Laporta Barbosa

### Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de disseminação do Programa de Microcrédito Juro Zero, a partir da sua adoção no município de Santa Maria/RS. Para tanto, foram investigados seis fatores que a literatura aponta como explicativos para esse processo: as características intrínsecas do programa; a natureza do problema enfrentado; a percepção da relevância do problema; a convergência com a agenda de políticas públicas de diferentes localidades; o acesso à informação; e a seleção do programa por atores envolvidos no processo decisório. Trata-se de um estudo de caso, de caráter exploratório e descritivo, que foi operacionalizado com a realização de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Por meio da triangulação dos dados, foram identificados diversos fatores que influenciaram na disseminação do programa, como a dificuldade dos micro e pequenos empreendedores em obter crédito e o acesso dos formuladores de políticas à informação. Por fim, na seleção do programa, destaca-se os incentivos políticos como fatores determinantes, já que além de o Programa de Santa Maria ter sido implementado em ano eleitoral, o mesmo fora utilizado como diferencial na campanha, havendo a promessa de sua reedição.

**Palavras-chave:** Microcrédito. Disseminação. Políticas Públicas. Programas Governamentais.

### Abstract

This article aims to analyze the dissemination process of the Juro Zero Microcredit Program, from its adoption in the municipality of Santa Maria/RS. For that, six factors that the literature points out as explanatory for this process were investigated: the intrinsic characteristics of the program; the nature of the problem faced; the perception of the relevance of the problem; the convergence with the public policy agenda of different locations; access to information; and the selection of the program by actors involved in the decision-making process. This is a case study, with an exploratory and descriptive character, which was operationalized by carrying out documentary research and semi-structured interviews. Through data triangulation, several factors that influenced the dissemination of the program were identified, such as the difficulty of micro and small entrepreneurs in obtaining credit and the access of policy makers to information. Finally, in the selection of the program, political incentives stand out as determining factors, since in addition to the Santa Maria Program having been implemented in an election year, it had been used as a differential in the campaign, with the promise of the reissue.

**Keywords:** Microcredit. Dissemination. Public Policies. Government Programs.

## 1 INTRODUÇÃO

O conceito de microcrédito tem suas raízes na década de 1970, quando a preocupação com a pobreza extrema em países em desenvolvimento ganhou reconhecimento internacional. Um marco significativo foi a realização da conferência *The Microcredit Summit*, realizada em Washington, que reuniu especialistas, acadêmicos e líderes para discutir estratégias inovadoras para combater a pobreza (FERREIRA, 2018). Nesse contexto, o microcrédito emergiu como uma alternativa promissora para empoderar comunidades marginalizadas e oferecer oportunidades de crescimento econômico.

No Brasil, o surgimento e expansão das experiências de microcrédito ganhou força a partir dos anos 90, com o Plano Real e a estabilização da economia. Diferentemente de outros países, essas iniciativas foram impulsionadas, principalmente, pela atuação governamental (SANTOS; SANTOS, 2017), se multiplicando no nível subnacional. De acordo com Silva (2007), a transferência dos recursos públicos para instituições financeiras costuma ocorrer de duas formas: temporariamente, para auxiliar na criação das iniciativas; ou permanente, com subsídios contínuos nas taxas de juros.

Adotando o modelo de subsídio estatal, o Governo do Estado de Santa Catarina, em parceria com organizações de microcrédito locais, lançou em 2011 o chamado Programa Juro Zero, cujos principais objetivos são a promoção da inclusão social e a geração de emprego e renda (SANTA CATARINA, 2011). Por meio do programa, são oferecidos empréstimos de até R\$ 5 mil a Microempreendedores Individuais (MEIs), que, ao manterem suas obrigações em dia, ficam isentos dos juros remuneratórios da operação, subsidiados pelo Governo do Estado. Assim, como a maioria das iniciativas de microcrédito no Brasil, percebe-se em seu escopo a priorização dos pequenos empreendedores como público-alvo, visando conciliar o crescimento econômico com a redução das disparidades sociais (MIGUEL, 2012).

Para o World Bank (2021), a disponibilidade de financiamento se caracteriza como um fator crítico para a recuperação econômica e, por esse motivo, muitos países passaram a implementar mecanismos de garantia pública parcial ao crédito. No Brasil, constata-se a partir de março de 2020, uma expansão no número de programas públicos de microcrédito com a denominação “Juro Zero”, que se caracterizam por pequenas quantias de crédito com os juros subsidiados. Priorizando os pequenos empreendedores, mais de 40 municípios brasileiros implementaram iniciativas inspiradas no programa de Santa Catarina, incorporando e transformando determinados componentes dessa ação, de forma a serem úteis em suas localidades.

De acordo com Grisa e Niederle (2019), há uma série de literaturas que buscam analisar esse movimento de ideias e arranjos presentes em um contexto político, serem

utilizados em outros contextos para a interpretação de problemas e desenvolvimento de ações. Nesse sentido, tem-se o modelo analítico de disseminação de políticas e programas públicos (FARAH, 2008), que foi adotado pela presente pesquisa devida a sua forma de ver a iniciativa inovadora, como parte de um repertório de alternativas a serem consideradas por localidades que enfrentam problemas similares.

Diante do contexto apresentado e da literatura proposta por Farah (2007, 2008), este estudo possui a seguinte pergunta de pesquisa: **Como ocorre a disseminação do Programa de Microcrédito Juro Zero no contexto subnacional?** Para responder tal questionamento, foi selecionado para análise o caso do chamado Programa Juro Zero Santa Maria, que implementado no contexto da Pandemia, em agosto de 2020, se caracteriza como o primeiro programa de microcrédito do estado do Rio Grande do Sul com juros 100% subsidiados. Trata-se de um estudo de caso, que foi operacionalizado com pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Para o alcance dos resultados foi utilizada a técnica de análise por categorização, seguindo o modelo proposto por Bardin (2011).

## **2 A DISSEMINAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS PÚBLICOS**

A discussão acerca da incorporação de políticas inovadoras por outras localidades, tem sua origem em estudos desenvolvidos a partir dos anos 60, que tratavam do processo de difusão (ROGERS, 1962; WALKER, 1969), que, por sua vez, tem vínculos com a literatura sobre transferência de boas práticas empresariais. No entanto, apesar dessa origem, a teoria proposta por Farah (2008), diverge do conceito de melhores práticas (*best practices*) apresentado e utilizado pelo modelo difusionista, pois segundo a autora, este percebe a inovação como algo dado, uma solução completa, fechada e integral, pronta para ser implementada em diferentes contextos, sem a necessidade de reinvenções ou adaptações (FARAH, 2008).

Contrária a ideia de “prescrição” de uma política pública inovadora, Farah (2008) afirma que a inovação deve ser percebida como parte de um repertório de alternativas, a serem consideradas por aqueles que enfrentam problemas similares em outras localidades. Nesse sentido, a inovação é tratada como um arranjo bem-sucedido, cujo componentes podem ser úteis ou não em outros contextos. Diferentemente do proposto por Rogers (1962), esse arranjo não é feito “sob medida” para ser transferido, mas sim entendido como uma “solução aberta”, que irá sofrer mudanças incrementais e constantes, a partir da sua adoção em diferentes localidades (FARAH, 2008; PAULICS, 2003).

Nesse sentido, Farah (2008) aponta seis fatores explicativos para o processo de disseminação de uma política ou programa público inovador. O primeiro fator apontado diz

respeito às características intrínsecas da inovação, ou seja, as características que fazem o programa inovador, se tornar mais interessante para outras localidades. Nesse sentido, a Farah (2008), afirma que caso a iniciativa inovadora seja reconhecida como uma “boa solução” para problemas relevantes, essa possui mais chances de ser disseminada. De forma oposta, se a inovação possui um desenho muito complexo, com muitos objetivos, e pouca capacidade de resposta a problemas, essas características podem se tornar uma barreira ao processo de disseminação.

Ao analisar a natureza do problema enfrentado pela inovação, busca-se observar se esse problema é compartilhado com outras localidades, podendo ser útil a elas. Caso possua um problema comum a outros contextos, a inovação possui, a princípio, um potencial para disseminação, entretanto Farah (2008) aponta que esse fator não é o suficiente para que a disseminação ocorra, já que é preciso que os atores sociais e políticos das localidades adotantes, também considerem os problemas como relevantes. Nesse sentido, tem-se o terceiro fator apresentado pela literatura, a percepção do problema, que dá ênfase ao papel desempenhado pelos atores envolvidos no processo de disseminação.

Para explicar o fator da convergência entre o problema tratado pela inovação e a agenda de políticas públicas de diferentes localidades, Farah (2008) utiliza-se da literatura do modelo dos múltiplos fluxos (*Multiple Streams Model*) proposto por Kingdon (2003), afirmando que a iniciativa inovadora possui mais chances de ser adotada em uma determinada localidade, se o problema e a forma de enfrentá-lo estão na agenda de políticas públicas local. De acordo com Farah (2008), a agenda local é influenciada por: i) fatores estruturais, como a globalização e a crise fiscal; ii) agências externas, sobretudo condicionando financiamentos à implementação da política; e iii) outros atores sociais e políticos locais, como políticos, burocratas, especialistas e movimentos sociais. Dessa forma, se a agenda local não enfatiza o problema enfrentado pela inovação, ele não é relevante naquele contexto, ou não é percebido como prioritário.

O processo de disseminação também é influenciado pelo acesso à informação sobre a inovação, que, de acordo com Farah (2008), é facilitado quando existem redes que ligam os atores da localidade inovadora a potenciais adotantes. Nesse sentido, são valorizados fóruns municipais e estaduais, conferências, seminários, premiações, ou outros ambientes que possuem um fluxo de informação. A localização também é apontada como um aspecto facilitador desse acesso, destacando-se o fator vizinhança ou proximidade a localidades que implantaram a política ou programa público (FARAH, 2007). Novamente, é importante frisar que o acesso à informação não se constitui como fator suficiente para disseminação, pois é necessário o seu uso na decisão dos atores locais. Dessa forma, além do acesso à

informação, a autora afirma que para uma ideia inovadora ser selecionada, é preciso se observar fatores estruturais e institucionais que condicionam sua adoção (ou não), como incentivos políticos, os incentivos financeiros, o quadro institucional, as características estruturais da localidade receptora, o legado de políticas prévias e a questão da ideologia.

Os incentivos políticos estão relacionados a repercussão da implementação da política ou programa inovador, que em um cenário competitivo, com partidos políticos rivais, permite ao gestor adotante uma diferenciação positiva (FARAH, 2008). Assim, períodos de eleição devem ser destacados, pois são marcados pela busca dessa diferenciação, visando alcançar uma reeleição. Já tratando dos incentivos financeiros, Farah (2008) afirma que a disseminação pode ser influenciada por transferências financeiras, advindas do governo federal, de agências multilaterais e organizações não governamentais (ONGs).

Outros dois aspectos levantados como relevantes para a disseminação, são o quadro institucional existente no país, e as características estruturais da localidade receptora. O primeiro aspecto busca identificar se há um arcabouço legal, que facilite a seleção da inovação, enquanto o segundo analisa a existência ou não, de características positivas na localidade receptora, como capacidade técnica, administrativa e financeira. Segundo Farah (2008), algumas estruturas institucionais conferem pouca autonomia aos entes subnacionais e isso representa um obstáculo à disseminação, pois esses atores não podem assumir certas responsabilidades.

Por fim, as últimas duas questões apontadas pela literatura, são relacionadas ao legado de políticas prévias na localidade adotante, e aos fatores ideológicos presentes na seleção de alternativas. De acordo com Farah (2008), a decisão sobre a seleção e adoção de determinada política ou programa público, pode ser influenciada pelos padrões de políticas e programas anteriormente adotados, assim como pelo alinhamento ideológico dos formuladores e implementadores de políticas.

Dessa forma, os conceitos de disseminação e de inovação apresentados por Farah (2008), foram identificados como os mais adequados para o desenvolvimento deste trabalho, pois enfatizam a troca de experiências entre as localidades e a importância dos atores locais no processo de decisão. Além disso, essa literatura se dedica especialmente à análise da disseminação de políticas e programas em nível subnacional de governo, sendo utilizada para compreensão das transformações de outros programas públicos brasileiros, como é o caso do Programa Bolsa Família (SUGIYAMA, 2004), o Programa Renda Mínima (PAULICS, 2003), os Programas de Economia Solidária (BITELMAN, 2008; VASCONCELLOS, 2011) e os Programas de Orçamentos Participativo (WAMPLER, 2004).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Dado o objetivo do artigo e o referencial teórico adotado, a abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, se demonstrou a mais adequada ao preocupar-se primariamente com os processos, enfatizando a forma como a experiência social é criada e adquire significado (DENZIN; LINCOLN, 2005).

Em relação ao método, a presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso único, explorando em profundidade o caso do Programa Juro Zero de Santa Maria/RS. Assim, tendo em vista a impossibilidade de se estudar todos os programas desenvolvidos, que ainda estão se multiplicando pelo país, optou-se por esse município e programa a partir de algumas de suas características, como o fato deste ser o primeiro caso de disseminação para o estado do Rio Grande do Sul, que hoje conta com mais de 15 programas denominado “Juro Zero”.

Os dados utilizados para a análise do caso foram obtidos por meio de pesquisa documental e realização de entrevistas semiestruturadas. Partindo do pressuposto de que os documentos “podem nos dizer muitas coisas sobre a maneira na qual os eventos são construídos” (MAY, 2004, p. 205), foi realizada uma análise documental a partir de leis, decretos, relatórios e outros documentos públicos, visando uma primeira aproximação com o caso estudado. Os dados levantados foram essenciais para a compreensão da metodologia “Juro Zero”, permitindo a identificação de padrões na política e de mudanças incrementais sofridas pela mesma.

Com base na análise documental realizada, também foram evidenciados nomes de atores governamentais e não governamentais que fizeram parte da formulação do Programa Juro Zero de Santa Catarina, estando ou não envolvidos no processo de disseminação do mesmo. Como a literatura utilizada enfatiza o papel dos atores locais na adoção de programas públicos (FARAH, 2008), além dos atores de Santa Catarina, selecionou-se para as entrevistas pessoas que estiveram ativamente envolvidas no processo de formulação do Programa Juro Zero Santa Maria.

Assim, para a coleta dos dados primários, foram realizadas entre maio e junho de 2021, dez entrevistas exploratórias semiestruturadas, que em função da pandemia, ocorreram preferencialmente de forma remota, por intermédio de plataformas de videochamada. A seleção dos sujeitos da pesquisa foi realizada de forma intencional, não aleatória e de acordo os critérios acessibilidade e viabilidade, registrando-se na lista de entrevistados (Quadro 1), atores que estiveram ou estão atualmente vinculados ao Poder Executivo Estadual e Municipal, além de representantes de organizações de microfinanças que operam os Programas.

Quadro 1 – Caracterização dos entrevistados

Identificação	Instituição de vinculação	Período de vinculação
Entrevistado 1	Governo do Estado de Santa Catarina	2011 - 2015
Entrevistado 2	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (Badesc)	2011 - 2013
Entrevistado 3	Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais (Fampesc)	2009 - 2013
Entrevistado 4	Banco do Empreendedor	Atualmente
Entrevistado 5	Instituição Comunitária de Crédito Blumenau Solidariedade (ICC-BluSol)	Atualmente
Entrevistado 6	Banco de Crédito Popular da Foz do Rio Itajaí-Açu (Bancri)	Atualmente
Entrevistada 7	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE/SC)	2019 - atualmente
Entrevistado 8	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Santa Maria	2017 - 2021
Entrevistada 9	Imembuí Microfinanças	Atualmente
Entrevistado 10	Prefeitura Municipal de Santa Maria	2017 - atualmente

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Os documentos e as entrevistas foram analisadas no que diz respeito ao conteúdo, utilizando-se para isso, a técnica de categorização proposta por Bardin (2011). Assim, a partir dos fatores que Farah (2007, 2008) afirma serem determinantes no processo de disseminação, foi desenvolvido um modelo de análise composto por onze categorias: características intrínsecas do programa; natureza do problema enfrentado; percepção da relevância do problema; convergência com a agenda de políticas públicas de diferentes atores e localidades; acesso à informação; incentivos políticos; incentivos financeiros; quadro institucional; características estruturais da localidade receptora; o legado de políticas; e ideologia.

#### 4 O PROGRAMA JURO ZERO

Os relatos dos entrevistados foram essenciais para a compreensão da origem do Programa Juro Zero, já que por meio desses, pode-se perceber que o mesmo fora inspirado em uma iniciativa implementada no município de Lages, na região serrana de Santa Catarina. Em parceria com o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), o chamado Programa de Incentivo aos Micro e Pequenos Negócios de Lages, tinha, enquanto objetivo, a concessão de empréstimos à micro e pequenos negócios do município, cabendo a prefeitura o compromisso de custear 100% dos juros das operações.

No final do ano de 2010, com a realização das eleições, destaca-se no estado de Santa Catarina, a candidatura, para o cargo de governador, do ex-prefeito de Lages, João Raimundo Colombo. Ele, que atuou na formulação do Programa de Incentivo aos Micro e Pequenos

Negócios de Lages, incluiu em suas propostas de campanha a implementação de uma ação similar, porém de abrangência estadual, conforme relata o entrevistado 4: “tinha um compromisso de campanha, ele falou muito disso, porque ele se baseava muito no que ele tinha sido como prefeito em Lages [...] foi uma vontade política do Colombo, por conta da experiência que ele teve”.

Em março de 2011, após ser eleito no primeiro turno, com aproximadamente 52,71% dos votos, Raimundo Colombo realiza o lançamento do Plano SC@2022, cujo objetivo era tornar o estado uma referência nacional e internacional no uso de inovação para o desenvolvimento sustentável (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2011). Para isso, o plano propunha a criação de quatro programas: Nova Economia@SC, Educação Tec@SC, Inovação@SC e Meio Ambiente Legal@SC, sendo que cada um destes, era composto por uma série de projetos, a serem executados com o auxílio de órgãos parceiros.

Dentro do Programa Nova Economia, foram propostas cinco ações com o objetivo de aumentar a competitividade da economia catarinense, sendo que a primeira, e principal ação prevista nesse sentido, foi a criação de uma linha de crédito especial, denominada “Juro Zero” (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2011). É interessante ressaltar, que no momento de lançamento do Plano SC@2022, a ideia do Juro Zero enquanto programa público se encontrava processo de formulação, já que o Projeto de Lei Estadual nº 0373.5/2011, que trata sobre o tema, só foi enviado à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) no mês de setembro, quando ocorreu a sua apreciação sob regime de urgência. Dessa forma, nessa primeira apresentação do tema, consta a breve descrição do projeto:

Linha de crédito especial para os microempreendedores individuais formalizados em Santa Catarina. Inclusão econômica dos MEIs – a base da pirâmide econômica catarinense –, por meio de empréstimo com juros pagos pelo Governo para os adimplentes, e acompanhamento individual em gestão, inovação e inclusão digital (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2011, p. 9).

Apesar dessa primeira explanação ser bastante incipiente, a mesma já apresentava alguns elementos que viriam a constar na Lei Estadual nº 15.570/2011, que instituiu o Juro Zero enquanto programa público. Entre esses elementos centrais, destaca-se a definição da figura jurídica do MEI enquanto o público-alvo. De acordo com os entrevistados, essa escolha governamental foi fundamentada pelo cenário socioeconômico de 2011, quando o país registrava mais de 44 milhões de trabalhadores na informalidade (IBGE, 2012), e o processo de formalização ainda era recente.

Em janeiro de 2011, havia em Santa Catarina pouco mais de 25 mil empreendedores formalizados (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2021), sendo que o objetivo do governo do estadual com a implementação do Programa Juro Zero, era elevar esse número para 100 mil

negócios formalizados, conforme consta no Plano SC@2022. Atualmente, Santa Catarina possui mais de 560 mil MEIs registrados (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2021), que correspondem a 53,2% do total de empresas presentes no estado. Sobre o incentivo a formalização, previsto nos objetivos do programa, a entrevistada 7 afirma que:

[...] hoje a gente observa que o maior número de CNPJs que nós temos no estado, ele acaba sendo englobado pela categoria de MEI, e também nós podemos notar que a informalidade diminuiu drasticamente no estado nesse período de 10 anos. Então, partindo desse pressuposto, eu identifico que sim, que a política atingiu o objetivo dela. Isso não significa também que ela possa parar, porque há a necessidade de manutenção constante.

Ao incentivar a formalização, o Governo do Estado de Santa Catarina visava incluir empreendedores que costumam estar à margem do sistema financeiro tradicional, não possuindo acesso ao crédito. De acordo com o Banco Central do Brasil (2011), no ano de implementação do Programa Juro Zero existiam aproximadamente 55 milhões de brasileiros desbancarizados, ou seja, cidadãos que não possuíam conta em instituições do sistema financeiro tradicional. Conforme apontou o entrevistado, além do grupo dos “sem banco” (*unbanked*), o problema da exclusão financeira também se concentra em indivíduos subbancarizados (*underbanked*), que mesmo possuindo uma conta bancária, não conseguem usufruir de determinados serviços e produtos, como é o caso do crédito (CROCCO et al., 2013). Entre os diversos aspectos limitadores desse acesso, os formuladores do Programa identificaram os elevados juros praticados pelas instituições do sistema financeiro tradicional, que diferentemente do microcrédito, não possuem um limite fixado em lei.

Assim, visando facilitar o acesso do MEIs aos empréstimos, destaca-se no desenho do programa a questão do pagamento dos juros remuneratórios da operação de crédito pelo Governo do Estado, iniciativa que Gomes et al. (2013), afirmam ser como uma espécie de prêmio, fornecido apenas para microempreendedores adimplentes. Para arcar com esses juros, o Estado de Santa Catarina conta com a parceria do Badesc, que disponibiliza anualmente recursos oriundos de juros sobre capital próprio, recolhidos em empréstimos feitos a municípios e empresas privadas. Esses recursos são transferidos para instituições microcrédito parceiras, de forma que a operacionalização dos empréstimos não é feita pela agência de fomento.

Nesse contexto, destaca-se o papel da Associação das Instituições de Microcrédito e Microfinanças da Região Sul do Brasil (Amcred-Sul), que, das 19 instituições de microcrédito presentes no estado de Santa Catarina em 2011, contava com 16 associadas, sendo convidada a construir conjuntamente o programa. Além de estarem situadas nas principais regiões do estado, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) de

microcrédito catarinenses já eram reconhecidas como referências na oferta de microcrédito produtivo orientado, possuindo conhecimento sobre os processos de análise e acompanhamento do empreendedor. Sobre esse processo de formulação, o entrevistado 5, que atua em uma instituição de microcrédito, afirma que:

As Oscips na época, via Amcred, participaram de reuniões para desenhar o produto [...] qual seria o público-alvo, quais seriam os valores [...] o Badesc já trabalhava com microcrédito, desde 1999, porém não era um programa do Badesc, ele era o intermediador [...] chegaram em uma conta, e essa conta bateu. Faz 3 mil, em oito parcelas, paga em sete, e a oitava é exatamente o juros do período, que vai bater certinho. Então a conta bateu.

A conta que o entrevistado cita ter batido, refere-se à definição da metodologia de concessão do crédito, que é apresentada detalhadamente no Decreto nº 583, de 13 de outubro de 2011. Esse decreto estipula que o valor contratual máximo do Programa Juro Zero será de R\$ 3 mil, podendo ser acessado até duas vezes, não concomitantes, por MEI (SANTA CATARINA, 2011). Sobre a sua quitação, essa deve ser realizada no prazo fixo de oito meses, e se houver o pagamento regular das sete primeiras parcelas, o MEI receberá a isenção da última, equivalente aos juros remuneratórios da operação. Caso haja atraso no pagamento das parcelas, o beneficiário perde direito ao subsídio, devendo arcar com a taxa efetiva de juros de 3,06% ao mês.

Em janeiro de 2019, após dois mandatos do ex-governador Raimundo Colombo, toma posse o novo governador do estado, Carlos Moisés da Silva, que apesar de não citar especificamente o Programa Juro Zero em seu Plano de Governo, mantém a iniciativa em funcionamento, propondo apenas alterações em sua legislação. A primeira proposta de manutenção no escopo do Programa, começa a ser debatida em março de 2020, quando são confirmados os primeiros casos de Covid-19 em território catarinense. Diante de um cenário de transmissão e contágio acelerado, o Governo do Estado anuncia no mesmo mês, um conjunto de medidas que visavam conter o avanço da doença, como o isolamento social e a restrição de determinadas atividades econômicas. Prevendo impactos econômicos em diversos setores, como já registravam as experiências internacionais, o governo estadual anuncia no dia 20 de março, o chamado Plano de Enfrentamento e Recuperação Econômica, que foi elaborado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Entre outras medidas, esse plano trazia a necessidade de carência e postergação dos contratos de financiamento em andamento; a criação de novas linhas de crédito para micro e pequenas empresas (MPEs), com juros parcialmente subsidiados pelo estado; e a ampliação do valor disponibilizado pelo Programa Juro Zero. Assim, em abril de 2020, o Governo do Estado publica o Decreto nº 540, que estabelece o novo valor contratual máximo de R\$ 5 mil

por MEI, podendo ser acessado até duas vezes. Sobre a utilização do Programa para redução dos impactos socioeconômicos causados pela pandemia, a entrevistada 7, que atua no governo do estado de Santa Catarina, afirma que:

[...] no início, a gente observou um aumento na casa dos 30% quando comparado com o mesmo período do ano de 2019 [...] observamos a importância do programa, o retorno real que ele oferta, além das pesquisas que nós realizamos com os próprios microempreendedores e o retorno que nós recebemos. Então para a gente, é muito gratificante pensar que em 10 anos já se passaram alguns governos e a política continua existindo e a nossa intenção é realmente de transformá-la em uma política de estado e não de governo, para que se perpetue.

Portanto, diante do cenário de incerteza econômica provocado pela pandemia, e do aumento do valor disponibilizado para os empréstimos, o Programa Juro Zero vem se destacando por recordes consecutivos na quantidade de operações de crédito realizadas. De acordo com o Relatório disponibilizado pelo BADESC (2021), em dezembro de 2020 o Programa Juro Zero registrava mais de 111 mil operações de crédito realizadas, representando um montante de aproximadamente R\$ 336 milhões emprestados. Com o novo valor contratual máximo, aprovado no início da pandemia, o programa registra de janeiro a dezembro de 2020, um aumento de cerca de 67% no valor total disponibilizado, concedendo mais de R\$ 59 milhões no período.

Entre os problemas enfrentados pelo estado durante a pandemia, destaca-se o desemprego e a redução da renda, duas questões que o programa trazia desde 2011 em seu escopo. Nesse sentido, ao falar sobre a continuidade do Programa Juro Zero, o entrevistado 1 afirma que o cenário econômico sofreu muitas transformações ao longo dos 10 anos de operação, porém por possuir uma dinâmica que engloba problemas ainda existentes, e em constante transformação, essa ação pública deve continuar existindo:

O problema que existia era o seguinte: o juro era alto, muito alto, e o acesso muito difícil [...] como o juro já, nesse momento, ele não está tão alto, o que você tem que simplificar é o acesso e a oferta para quem de fato precisa [...] chegar aonde os bancos não chegam, onde as regras do banco são impeditivas [...] haverá novos empreendedores, nova gente em busca desse crescimento, então nós temos que continuar. Muitos já foram, já avançaram, já se tornaram empresas, né? Outros estão começando agora [...] essa demanda, que bom que ela existe, porque isso é uma energia. O cara quer começar a crescer, quer se desenvolver, ele precisa de apoio, ele precisa de suporte, e o estado está ali para fazer isso, ele tem que estar ali para fazer isso.

Reconhecido como um modelo pioneiro, o Programa Juro Zero é citado como inspiração por diversas outras iniciativas no âmbito estadual e municipal, que se utilizam da metodologia do microcrédito produtivo orientado, com o subsídio dos juros remuneratórios. Além disso, em outubro de 2020, o ex-governador e atual senador Esperidião Amin,

recomendou, em uma audiência pública que tratava do acesso ao crédito para micros e pequenos empresários, o desenvolvimento do que chamou de “Juro Zero Nacional”, baseado na iniciativa de Santa Catarina.

## **5 O PROGRAMA JURO ZERO SANTA MARIA**

O município de Santa Maria está localizado a 290 km da capital do estado do Rio Grande do Sul, e segundo dados do IBGE (2010), possui 261.031 habitantes, sendo o 5º município mais populoso do estado e o primeiro da região central. Classificado em 2010 como um município de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto (0,784), do ponto de vista econômico, Santa Maria também se destaca pelo seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita (R\$ 27.785,51), o maior da região central. Segundo dados do Sebrae (2019), o setor de serviços e comércio, respondem juntos por mais de 80% do PIB do município, sendo que na classificação por porte e faturamento, destaca-se a figura dos MEIs.

A composição da sua economia fornece indicativos da situação vivenciada a partir de 20 de março de 2020, quando é confirmado o primeiro caso de morador infectado pelo novo coronavírus. No dia seguinte ao primeiro registro da doença, o Poder Executivo Municipal determinou, por meio de decreto, o fechamento do comércio considerado não essencial, medida que vigorou até o dia 18 de abril, quando o governo estadual apresentou uma nova estratégia de combate a Covid-19, baseada em classificações de risco atualizadas semanalmente. As medidas de isolamento social, que visavam conter o avanço da doença, impactaram rapidamente o mercado de trabalho do município, que saiu de um saldo positivo de empregos, registrado nos meses de janeiro e fevereiro de 2020, para um súbito aumento no número de demissões. Nesse sentido, o entrevistado 8 afirma que a adoção dessas medidas afetou com maior intensidade determinados setores, que passaram a buscar os atores governamentais para solicitar a edição de medidas econômicas:

Nós tivemos demandas de grupos e o primeiro foi o das vans escolares [...] eles estavam com os seus carros financiados e eles mantêm a sua família com aquele trabalho [...] a primeira inserção nossa foi, junto com a Microfinanças Imembuí, um programa específico para esse setor, com juros menores. E aí a gente começou a perceber que mesmo assim muitos não conseguiam. “Cara, o meu problema nem é o juro menor, eu não tenho condições de absorver isso”. E aí nós pensamos: então nós temos que ajudar de forma mais efetiva [...] tu receber um recurso em 10 meses, sem ter que pagar juro, é uma alternativa. Nós percebemos que o profissional liberal também estava acometido [...] empregada doméstica, diarista, os eventos, pequenas escolas, foi um problema também, porque são estruturas, são funcionários. Então tinha todos aqueles setores que realmente foram impedidos de trabalhar.

Também a partir de março de 2020, a Instituição Comunitária de Crédito Central (ICC Central), mais conhecida como Imembuí Microfinanças, passou a perceber um aumento nas

solicitações por crédito no município, liderado principalmente pelos setores do comércio e dos serviços. Em um primeiro momento, a instituição realizou mudanças significativas nas suas operações, não cobrando dos seus clientes juros e multas por atraso, além de disponibilizar uma nova linha de crédito. No entanto, apesar dessas iniciativas, a diretoria da instituição notou que havia uma demanda crescente, temporária e emergencial, e levou a sua preocupação aos atores governamentais, conforme relata a entrevistada 9:

A gente sentiu que os clientes estavam tendo cada vez mais dificuldade com relação ao recurso e aí a gente procurou a Prefeitura de Santa Maria [...] nós levamos tudo para o Secretário de Desenvolvimento Econômico e colocamos a experiência lá de Santa Catarina, com o Juro Zero, e eles, o Prefeito, deu carta branca para que secretário pudesse gerenciar e levar para a Câmara de Vereadores [...] a gente faz parte da Amcred, então a gente acompanha o funcionamento do Juro Zero desde sempre [...] a gente foi levar essa informação, porque o secretário também nos chamou, ele queria uma alternativa, porque não estava se encontrando nenhuma, aí a gente só aumentou a parceria que já vem de muitos anos, até porque a Prefeitura de Santa Maria é associada da instituição e acompanha a instituição desde sempre. Então a gente conseguiu chegar em um denominador comum, a gente apresentou, passou para eles, eles estudaram, viram que era viável, que realmente isso ia fazer diferença, acreditaram e levaram para a câmara de vereadores.

Assim, no dia 18 de junho de 2020, a Prefeitura de Santa Maria anunciou em uma transmissão ao vivo, o lançamento do chamado “Pacote de Apoio ao Setor Produtivo”, que era composto por seis ações, que visavam gerenciar a crise econômica e preservar a renda e o emprego no município. Entre as iniciativas apresentadas, estava a proposição do Projeto de Lei nº 9102/2020, cujo conteúdo tratava da criação de uma linha de crédito com os juros subsidiados pelo Poder Executivo. Esse projeto, que foi encaminhado à Câmara de Vereadores de Santa Maria, também no dia 18 de junho, trazia em suas justificativas o cenário da pandemia, e indicava em seu texto a instituição que realizaria as operações de crédito: a Imembuí Microfinanças. Sobre esse encaminhamento realizado pela prefeitura, a entrevistada 9 afirma que:

Esse projeto foi levado para a Câmara de Vereadores, que entendeu a proposta, até porque ele foi aprovado por unanimidade. Então independentemente de partido, ele foi aprovado [...] o Secretário teve uma agenda bem pesada, porque ele teve que passar de um por um, vereador a vereador, falar do programa, de como funcionava, quem era instituição, que não estava beneficiando uma financeira, nem nada. Que o programa era para atender os empreendedores e que quem ia colocar o recurso era um Oscip de microcrédito, o recurso não saíria da prefeitura, e que o juro que vai voltar para a instituição, pela prefeitura, quando chegar na décima parcela e pagar em dia, vai ser reinvestido em novas operações de crédito, não vai ser um lucro para uma pessoa x, beneficiada.

Após o processo de tramitação por todas as comissões previstas na Câmara Municipal de Vereadores, o projeto deu origem a Lei nº 6.483, de 19 de agosto de 2020, que instituiu o

Programa Juro Zero Santa Maria. De acordo com a referida lei, os profissionais autônomos, micro e pequenos empreendedores, que comprovassem que tiveram as suas atividades prejudicadas pela pandemia, tinham o direito de acessar um empréstimo, de até R\$ 5 mil, cujo pagamento deveria ser realizado em 13 parcelas fixas. Se realizasse a quitação das dez primeiras parcelas dentro da data de vencimento, o beneficiário possuía direito ao subsídio municipal dos juros remuneratórios da operação, equivalente as três últimas parcelas. Porém, caso o empreendedor atrasasse a quitação das parcelas, ele perdia direito ao subsídio, havendo a incidência da taxa de juros integral, acrescida de juros de mora e multa.

Dessa forma, a Prefeitura Municipal de Santa Maria optou por um arranjo, em que assumia a responsabilidade pela disponibilização dos recursos, necessários para o subsídio dos juros remuneratórios de cada financiamento. Para tanto, foi aberto na primeira edição um crédito especial no montante de R\$ 300 mil, transferido mensalmente pela prefeitura para Imembuí Microfinanças, que concedia os empréstimos. Já na segunda edição do Programa, lançada em março de 2021, esse valor foi ampliado para R\$ 900 mil, igualmente desembolsado do orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Além dos recursos municipais, fornecidos para o subsídio dos juros, destaca-se também o valor total de crédito disponibilizado pela Imembuí Microfinanças, previsto no Termo de Cooperação assinado entre a Oscip e a Prefeitura Municipal. Na primeira edição do programa, o total concedido pela organização foi de R\$ 790 mil, e na reedição, de R\$ 3 milhões. De acordo com Silva (2007), localidades que optam pela parceria com Oscips de microfinanças, além fazerem isso pelo conhecimento técnico dessas organizações, também são influenciados pelos incentivos financeiros, já que assim o montante disponibilizado para os empréstimos é fruto da carteira de crédito dessas organizações, que normalmente possuem acesso à recursos federais. No caso da Imembuí Microfinanças, além do capital inicial aportado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por prefeituras e fruto de doações privadas, a instituição também conta com recursos oriundos de empréstimos com o BNDES e a Caixa Econômica Federal.

Por fim, é importante ressaltar que, embora a iniciativa desenvolvida em Santa Maria seja a pioneira no estado e a primeira operacionalizada pela Imembuí, a partir de 2021, outros programas foram desenvolvidos com o apoio da mesma instituição. Municípios como Panambi, Pejuçara, Santa Bárbara do Sul, Restinga Sêca e São Borja, são alguns dos que adotaram a mesma metodologia de concessão utilizada em Santa Maria, disponibilizando para autônomos, MEIs e MEs, pequenas quantias de crédito, que terão seus juros subsidiados, caso sejam quitados em dia.

## 6 SÍNTESE DOS RESULTADOS ENCONTRADOS

Conforme visto anteriormente, para o tratamento e interpretação dos dados coletados, a presente pesquisa baseou-se em um modelo de análise, que foi desenvolvido a partir dos fatores que Farah (2007, 2008) afirma serem determinantes para o processo de disseminação. Esse modelo é composto por 11 categorias analíticas, que são apresentadas no Quadro 3, seguidas de uma síntese dos resultados encontrados.

Quadro 3 - Fatores analisados e resultados encontrados

Fator analisado	Resultados encontrados
Características intrínsecas do problema	A inovação demonstrou ter capacidade de responder aos problemas inicialmente elencados pelo Governo de Santa Catarina (como a informalidade, falta de investimento produtivo e exclusão social), e capacidade de dar resposta a novos problemas (como os impactos socioeconômicos causados pela Pandemia da Covid-19)
Natureza do problema enfrentado	A inovação enfatiza problemas historicamente comuns a diversos estados e municípios brasileiros – informalidade, exclusão social, desemprego e queda da renda
Percepção da relevância do problema	Os atores sociais (representados pela Oscip Imembuí) e políticos (representados pela prefeitura) da localidade receptora, perceberam os problemas sociais e passaram a buscar soluções para os mesmos
Convergência com a agenda de políticas públicas de diferentes atores e localidades	Há uma convergência entre os problemas tratados pelo programa inovador e a agenda de políticas públicas da localidade receptora
O acesso à informação	Identifica-se canais de comunicação, redes formais e informais, onde ocorre a disseminação de informação acerca da inovação - eventos e cursos fomentados pela Abcred e pela Amcred, além de grupos de <i>WhatsApp</i>
Incentivos políticos	Percebe-se a existência de benefícios políticos na implementação da inovação – cenário competitivo (eleições de 2020), caracterizado pela oposição de partidos políticos e a busca pela reeleição
Incentivos financeiros	Não foram identificadas transferências financeiras advindas do Governo Federal, de agências multilaterais ou ONGs
Quadro institucional	A seleção do programa inovador por parte dos atores locais é facilitada pela estrutura institucional do país
Características estruturais da localidade receptora	A localidade receptora demonstrou possuir capacidade técnica, administrativa e de mobilização de recursos, para a adoção do programa
Legado de políticas	Os padrões prévios de políticas públicas de microcrédito no Rio Grande do Sul influenciaram positivamente na disseminação
Ideologia	A inovação foi disseminada para municípios administrados por diferentes partidos e aceito por vereadores de diferentes ideologias. Dessa forma, não se percebe as crenças ideológicas como determinantes para a sua adoção

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em Farah (2007, 2008).

Dessa forma, dos 11 fatores analisados, percebe-se que nove influenciaram positivamente no processo de disseminação, enquanto dois fatores (incentivos financeiros e

ideologia), não foram percebidos da mesma forma. Apesar de serem condições fundamentais para o surgimento do Programa Juro Zero Santa Maria, destaca-se que nenhum dos fatores identificados explica, por si só, a disseminação, sendo necessária uma convergência.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou analisar o processo de disseminação do Programa de Microcrédito Juro Zero, a partir da sua adoção no município de Santa Maria. Para tanto, foi adotado um modelo analítico composto por 11 variáveis, identificadas na revisão da literatura sobre disseminação. Inicialmente, ao caracterizar o processo de formulação do programa inovador, pode-se perceber em seu escopo, que esse é orientado por motivações comuns, problemas compartilhados com outras localidades, como a informalidade, a exclusão social, a falta de investimento produtivo, o desemprego e a queda da renda. Em seus dez anos de operação, o programa demonstrou possuir capacidade de responder a esses e outros problemas, adaptando-se às necessidades do estado de Santa Catarina.

Ao explorar o processo de formulação em Santa Maria, identificou-se que o mesmo é fruto de uma construção coletiva, com a percepção dos problemas e a seleção da alternativa, sendo desempenhadas por atores governamentais e não governamentais. De acordo com o relato desses atores, as principais motivações para a adoção do Programa Juro Zero estiveram relacionadas à situação socioeconômica vivenciada na pandemia, que agravou problemas como o desemprego, a queda da renda e a oferta de crédito.

Dentre os atores não governamentais, destaca-se o trabalho da organização Imembuí Microfinanças, que fornecendo informações e incentivos financeiros, atuou como um agente indutor no processo de disseminação. Com atuação expressiva no estado do Rio Grande do Sul, a Imembuí participa de importantes redes do setor de microfinanças, que se caracterizam pela troca de informações entre as organizações. Assim, além de possuir informações a respeito do funcionamento do programa catarinense, a Imembuí apresentou essa alternativa aos atores governamentais, responsáveis pela tomada de decisão.

Já em relação aos atores governamentais, cabe mencionar que esses tiveram uma participação importante no processo de disseminação, atuando na elaboração dos instrumentos necessários para implementação do programa e dialogando constantemente com a Imembuí Microfinanças. A Prefeitura Municipal de Santa Maria, representada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, buscou alternativas que atenuassem os efeitos da pandemia para os micro e pequenos negócios locais, articulando a aprovação do Programa na Câmara de Vereadores. Registra-se que esse engajamento teve início em um ano eleitoral, em que gestores buscam uma diferenciação positiva. Dessa forma,

observou-se em Santa Maria a utilização do Programa Juro Zero na campanha do candidato à reeleição, sendo mencionado como iniciativa realizada e a ser reeditada.

Encontrou-se ainda, um conjunto de condições que contribuiram para a adoção da política em Santa Maria, no entanto, cabe ressaltar que nenhuma dessas condições isoladamente explica a disseminação, sendo necessária uma convergência das mesmas. Assim, identifica-se os seguintes elementos facilitadores:

- a) A autonomia conferida pela Constituição Federal aos municípios;
- b) o fortalecimento do setor de microcrédito a partir regulamentação das Oscips de crédito e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO);
- c) e a utilização de recursos da Oscip, que possui acesso à empréstimos com o BNDES e a Caixa Econômica Federal.

Apesar de não ser um fator apontado pela literatura como explicativo para a disseminação, identificou-se com base nas entrevistas realizadas a construção de uma espécie de “legado de atores”, que detêm conhecimento sobre o programa de Santa Catarina, e para além disso, compartilham o mesmo com outras localidades. Nesse sentido, destaca-se a atuação de pessoas que detinham cargos governamentais e estiveram envolvidas na formulação do programa no ano de 2011. Assim, mesmo que não participem mais diretamente da iniciativa, ou de redes que tratam sobre o tema, esses atores fornecem relatos das suas experiências e dividem o saber técnico acumulado.

Similarmente, no decorrer da construção deste artigo, pode-se perceber que as pessoas envolvidas na implementação do Programa Juro Zero Santa Maria, também estão se deslocando entre vários municípios da região, assessorando outras localidades na formulação e implementação de programas de microcrédito com juros subsidiados. Nesse sentido, sugere-se para estudos futuros a análise da disseminação regional, visando compreender como se dá esse processo a partir dos novos atores engajados na temática.

## REFERÊNCIAS

- BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S. A. **Relatório Consolidado. Santa Catarina**, 2021. Disponível em: [http://www.badesc.gov.br/portal/linha\\_microcredito\\_relatorio.jsp](http://www.badesc.gov.br/portal/linha_microcredito_relatorio.jsp). Acesso em: 20 jul. 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de inclusão financeira**. 2. ed. Brasília: BCB, 2011.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BITELMAN, M. F. **A disseminação das políticas públicas locais de economia solidária no Brasil**: Os casos de São Paulo e Osasco. 2008. Dissertação (Mestrado em

Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CROCCO, M. A.; SANTOS, F.; FIGUEIREDO, A. Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional exploratória. **Brazilian Journal of Political Economy**, [s. l.], v. 33, n. 3, jul./set. 2013.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Sage handbook of qualitative research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 1-32.

FARAH, M. F. S. Continuidade e Disseminação de Inovações na Gestão Pública Subnacional no Brasil. In: **XXII Congresso Internacional del CLAD**. Santo Domingo, 2007.

FARAH, M. F. S. Disseminação de políticas públicas e programas governamentais no nível subnacional de governo. **Revista Administração em Diálogo – RAD**, v. 10, p. 69-89, 2008.

FERREIRA, F. F. V. **O papel do microcrédito como gerador de emprego e renda: uma análise com base nos municípios brasileiros**. 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2018.

GOMES; M. V. P.; ALVES, M. A.; FERNANDES, R. J. R. **Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo e às Micro e Pequenas Empresas**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2013.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Plano SC@2022**. Santa Catarina, 2011. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/governo/acoesdegoverno/desenvolvimento-economico/plano-sc-2022>. Acesso em: 10 dez. 2020.

GRISA, C.; NIEDERLE, P. Transferência, Convergência e Tradução de Políticas Públicas: A Experiência da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 62, n. 2, p. 1-37, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010: Sinopse**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 10 set. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1MFxStSzYv6a2Je5IJErVerSHn6JjLUDr/view>. Acesso em: 10 set. 2022.

KINGDON, J. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 2. ed. New York: Longman, 2003.

MAY, T. **Pesquisa Social: Questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Estatísticas do Simples Nacional**. Brasília, 2021. Disponível em:

<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/estatisticasSinac.aspx/Default.aspx>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MIGUEL, A. C. Microcrédito no Brasil: uma agenda de política pública para o mercado de microfinanças. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão – REDD**, v. 4, n. 2, p. 1-23. jan/jul. 2012.

PAULICS, V. Disseminação de experiência de gestão pública: o caso do Programa de Renda Mínima no Brasil (1991-1997). **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [s. l.], v. 9, n. 34, p. 1-19, jan. 2004.

ROGERS, E. **The diffusion of innovation**. New York: Free Press, 1962.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 583, de 13 de outubro de 2011**. Regulamenta a Lei nº 15.570, de 23 de setembro de 2011, que institui o Programa Juro Zero, com o objetivo de incentivar a formalização de empreendedores populares, o investimento produtivo, a promoção da inclusão social e a geração de emprego e renda no Estado. Florianópolis: Governo do Estado, 2011. Disponível em:  
<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2011/000583-005-0-2011-005.htm>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SANTOS, A. F. C.; SANTOS, T. L. O Microcrédito Como Ferramenta de Desenvolvimento Socioeconômico. **Pensamento & Realidade**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 31-40, 2017.

SEBRAE. **Perfil das Cidades Gaúchas** - Santa Maria. [s. l.], 2019. Disponível em:  
[https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil\\_Cidades\\_Gauchas-Santa\\_Maria.pdf](https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Santa_Maria.pdf). Acesso em: 10 jul. 2023.

SILVA, R. V. M. **Disseminação de Programas Públicos de Microcrédito: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2007.

SUGIYAMA, N. B. Political Incentives, Ideology and Social Networks: The diffusion of social policy in Brazil. In: **XXV International Congress of the Latin American Studies Association** - LASA. Las Vegas, 2004.

VASCONCELLOS, R. **A Disseminação das Políticas Públicas Locais de Economia Solidária no Brasil: O Caso de Manaus**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração). Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

WALKER, J. L. The diffusion of innovations among the American States. **American Political Science Review**, [s. l.], v. 63, n. 3, p. 880-899, 1969.

WAMPLER, B. The Diffusion of Participatory Budgeting in Brazil. In: **XXV International Congress of the Latin American Studies Association** - LASA. Las Vegas, 2004.

WORLD BANK. **Global Economic Prospects**. [s. l.]: 2021. Disponível em:  
<https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>. Acesso em: 11 set. 2021.